

SUMÁRIO

Prefácio (Oswaldo Henrique Duek Marques)	XV
Introdução	1
Capítulo 1. A EVOLUÇÃO DA TORTURA NO DECORRER DOS SÉCULOS	9
1. A tortura na Idade Antiga	9
1.1.1 Considerações iniciais	9
1.1.2 Tortura na Grécia Antiga	12
1.1.3 Tortura na Roma Antiga	14
1.2 A tortura na Idade Média	17
1.2.1 Direito penal germânico	18
1.2.2 Direito penal canônico	20
1.3 A tortura na Idade Moderna	26
1.4 O Iluminismo	33
1.5 A Idade Contemporânea	38
Capítulo 2. A HISTÓRIA DA TORTURA NO BRASIL	53
2.1 Direito Penal Indígena	53
2.2 A tortura durante a época do Brasil Colonial ...	55
2.3 A tortura durante a época do Brasil Império	60
2.4. A tortura durante a época do Brasil República	62
Capítulo 3. ANÁLISE DA TORTURA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	71
3.1 Considerações gerais	71
3.2 Do bem jurídico protegido no crime de tortura e sujeito ativo	72
3.3 Do sujeito passivo	74
3.4 Das condutas criminosas descritas no tipo	77
3.5 Da tortura qualificada	85

3.6 Das causas especiais de aumento de pena	86
3.6.1 Do eventual conflito entre causas especiais e qualificadoras	86
3.6.2 Crime cometido por agente público	88
3.6.3 Crime cometido contra criança, gestante, deficiente, adolescente e idoso.	89
3.6.4 Tortura mediante seqüestro	89
3.7 Dos efeitos da sentença condenatória	90
3.8 Da inafiançabilidade e insuscetibilidade de gra- ça ou anistia	91
3.9 Da possibilidade de progressão do regime pri- sonal	93
3.10 Extraterritorialidade	96
3.11 Da revogação do art. 233 do Estatuto da Crian- ça e do Adolescente	97
3.12 Concurso com outros crimes	99
3.12.1 Tortura e homicídio	99
3.12.2 Tortura e Abuso de Autoridade	100
3.12.3 Tortura e lesões corporais	101
3.12.4 Tortura e maus tratos	101
3.13 Omissão da Lei de Tortura quanto às regras de ineficácia de circunstâncias justificadoras (des- criminantes) e causas de exclusão de culpabili- dade (dirimentes)	103
3.14 Pena	104
Capítulo 4. TORTURA COMO CRIME PRÓPRIO	105
4.1 Conceito de tortura e sua dimensão estatal	105
4.2 Tortura como crime próprio e os tratados inter- nacionais	109
4.3 Incorporação dos tratados ao ordenamento jurí- dico brasileiro	111
4.4 A Lei n. 9.455/1997 e o conflito com as conven- ções internacionais contra a tortura	114
Conclusões	127
Referências	129
Anexo A – LEI N. 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997 <i>Define os crimes de tortura e dá outras providências .</i>	137

Anexo B – CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DE- SUMANOS OU DEGRADANTES	138
Anexo C – CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA	149